

**O PROJETO DESENVOLVIMENTO LOCAL  
SUSTENTÁVEL/MICROBACIAS 2 E A PERSPECTIVA  
AGROECOLÓGICA EM SANTA CATARINA**

**Sergio L. G. Pinheiro<sup>1</sup>; José Cezar Pereira<sup>1</sup>**

**PALAVRAS CHAVE: Desenvolvimento Local, Sustentabilidade, Agroecologia**

**INTRODUÇÃO**

O projeto “Desenvolvimento Local Sustentável em Microbacias Hidrográficas de SC” (ou projeto microbacias 2) surgiu em contraponto ao modelo de desenvolvimento econômico setorial (baseado no crescimento dos setores e atividades econômicas) e a tendência a homogeneização cultural e técnico-produtiva promovida pela globalização de mercados, além da crescente percepção das crises ambientais, sociais e econômicas intensificadas pelo processo de modernização da agricultura no Brasil e no mundo. Este projeto é iniciativa do governo de Santa Catarina com apoio do banco mundial, envolve parcerias com prefeituras, universidades, cooperativas, associações de agricultores, ONGs e outras entidades, e vem dar sequência ao projeto microbacias 1, no sentido de oferecer uma alternativa para melhorar a qualidade de vida das famílias rurais (sobretudo das mais excluídas do modelo de desenvolvimento globalizante). Para isso prevê diversas ações visando aumentar a renda e as oportunidades sociais, culturais e econômicas dos agricultores familiares historicamente marginalizados, além da recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos ambientais (principal objetivo do projeto microbacias 1). Neste contexto a Agroecologia tem sido promovida pelo projeto, e embora não com exclusividade (sistemas convencionais também recebem apoio), tem emergido naturalmente como filosofia e prática preferencial entre agricultores e técnicos. Neste artigo apresenta-se e discute-se os principais alcances e dificuldades resultantes do projeto nestes 2 primeiros anos de implantação, destacando-se a emergência da perspectiva agroecológica.

**DESENVOLVIMENTO**

A estratégia fundamental do projeto é a promoção da diferenciação territorial e a articulação de ações de desenvolvimento via rede de relações e interações de forças em um espaço no qual se constrói identidades coletivas nas áreas social,

cultural, econômica, ambiental e política, entre outras. Este processo se baseia na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável e no conceito de territorialidade, em uma agricultura mais aproximada com a natureza e com as questões sociais (além dos objetivos econômicos). Esta visão corresponde a uma quebra de paradigma, estimulando a participação e a cidadania, a valorização de movimentos sociais ascendentes e o fortalecimento do capital social, além de resgatar a agricultura familiar como um modo de vida (e não só como um negócio). Entre outros aspectos, reafirma também os princípios da sustentabilidade e da diversidade, as ações endógenas, coletivas e a autonomia nos sistemas agropecuários, justamente as características mais promovidas em sistemas agroecológicos. Por isso, o projeto apóia a Agroecologia (via eventos de capacitação e diversas ações de pesquisa e extensão rural), embora não com exclusividade. O principal argumento para isso são os princípios da endogenia, participação, empoderamento local e descentralização de poder, os quais sugerem que a decisão de adotar sistemas agroecológicos ou convencionais devam emergir dos próprios agricultores familiares e dos outros participantes do projeto.

A exemplo do projeto microbacias 1, este projeto adota como território base de planejamento e ação as microbacias hidrográficas, o qual foi adaptado para cumprir também os objetivos sociais e econômicos do projeto microbacias 2. Por isso identificou-se áreas de trabalho que combinam parâmetros físicos com sociais, pois em muitos casos o divisor de águas passava no meio de uma comunidade e não seria adequado “dividir” este sistema social.

Nesta concepção, a estratégia metodológica do projeto procura primeiro fortalecer as organizações existentes ou estimular novas organizações entre as comunidades rurais, através da formação de Grupos de Animação (GAM) e da criação de Associações de Desenvolvimento nas Microbacias (ADM) envolvendo todos os atores interessados e sobretudo o público preferencial do projeto (os agricultores mais marginalizados). Em complementação, o projeto apoia tecnicamente processos participativos de planejamento nos municípios, nas microbacias hidrográficas e nos estabelecimentos rurais. Este apoio é oferecido de várias formas simultâneas, das quais destacamos as seguintes: Uma complementação financeira para cada duas

---

<sup>1</sup> Técnicos da Epagri, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A., C.P. 502, 88034-901, Florianópolis, SC, fone (048) 2395500, [pinheiro@epagri.rct-sc.br](mailto:pinheiro@epagri.rct-sc.br); [jcezar@epagri.rct-sc.br](mailto:jcezar@epagri.rct-sc.br)

ADMs contratarem um técnico a ser escolhido por elas (denominado “facilitador”); Auxílio da extensão rural oficial do Estado, através do técnico local da Epagri (chamado animador); Um processo de capacitação (centrado na filosofia e métodos do projeto) oferecido para os agricultores e técnicos, inclusive os animadores e facilitadores. Estes terão a missão de apoiar as famílias rurais e as ADMs na elaboração, gestão e execução dos planos municipais de desenvolvimento, dos planos das microbacias e dos planos dos estabelecimentos agropecuários.

Esta estratégia procura enfatizar projetos coletivos, grupais e individuais, a produção agroecológica, a construção de processos e produtos diferenciados no território, a agregação de valor e a promoção da educação ambiental. Inclui também a promoção do capital social através da estruturação e fortalecimento (em termos de representatividade e poder deliberativo) dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), dos Fundos municipais para o desenvolvimento e de outras estruturas organizacionais (como Sindicatos, ONGs e outros atores) que atuem a serviço do desenvolvimento integrado no território.

## **RESULTADOS**

Após o segundo ano de implementação do projeto, é um pouco cedo para conclusões mais elaboradas, mas o processo já permite identificar os principais avanços e dificuldades, destacados e discutidos nos parágrafos seguintes.

Entre os avanços, o maior destaque é a para o fortalecimento da organização social e de relações mais solidárias nas comunidades. Até o envio deste texto cerca de 500 GAMs e 300 ADMs foram oficialmente formadas, as quais elaboraram aproximadamente 200 Planos de desenvolvimento das microbacias, e estes números estão crescendo diariamente. Neste processo, várias iniciativas locais, independentes dos incentivos oferecidos pelo projeto, estão acontecendo. Inicialmente, as famílias começam a se encontrar e se reunir mais, e as festas comunitárias se intensificam, revalorizando a participação dos jovens, mulheres e idosos. Uma ADM relatou que em decorrência disso conseguiram até reunir dois times de futebol para realizar uma partida, o que não estava acontecendo em função do desânimo e êxodo rural sobretudo dos jovens. Em uma outra ADM a comunidade demandou e conseguiu do setor de saúde municipal a presença de um dentista. Em outra ADM as famílias que enfrentavam sérios problemas de falta de água se reuniram e conseguiram a instalação de 5 poços artesianos e de uma rede

de distribuição de água na comunidade. Em outro caso, através de uma “rifa solidária” as famílias conseguiram levantar recursos para custear o tratamento da saúde de uma senhora idosa. Além de ações nas áreas sociais, ambientais e de saúde, os planos de desenvolvimento elaborados pelas ADMs contemplam atividades na área econômica, como por exemplo a formação de cooperativas de produção, industrialização e comercialização dos produtos agropecuários.

O segundo maior avanço é justamente a emergência natural da Agroecologia como a grande prioridade na maioria dos Planos de desenvolvimento das microbacias elaborados até o momento. Isto reforça o argumento de que a estratégia de não “impor” a agroecologia com exclusividade nas ações apoiadas pelo projeto está resultando na emergência endógena da proposta agroecológica. Não queremos dizer que esta estratégia é melhor (ou pior) que a estratégia da exclusividade para a agroecologia, mas apenas realçar que esta perspectiva está emergindo naturalmente como uma das principais demandas sociais (a principal em muitos casos) dos beneficiários e demais participantes do projeto.

Entre os maiores desafios e limitações, destacam-se dificuldade da participação dos agricultores mais desfavorecidos e excluídos do processo e modernização. Para contrapor a tradicionalmente limitada participação deste público, acentuada por um processo crescente de “desconfiança histórica”, o projeto está investindo em alternativas pedagógicas que contemplem melhor a questão da linguagem, através do lúdico e de ações especialmente adaptadas para os agricultores menos favorecidos, além das mulheres, jovens, indígenas e outros atores que em geral participam menos. Outro grande desafio do projeto é a mudança da postura institucional, tanto dos técnicos (na maioria formados na visão produtivista e geralmente se enxergando como únicos detentores do conhecimento) como das estruturas gerenciais das empresas participantes (em geral centralizadas e burocratizadas). Uma quebra de paradigmas é normalmente um grande desafio, e neste sentido o projeto está investindo em um intenso programa de capacitação visando promover uma outra formação para estes atores, adequada aos princípios e métodos do projeto (construtivista, participativa e dialética, entre outros aspectos).